JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO V – Nº 805 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 1999

Orçamento da União para 1999 projeta superávit de R$ 16,3 bi

Proposta aprovada ontem pelo Congresso Nacional, que segue para sanção presidencial, contempla a meta estabelecida pelo governo. Após a votação, o senador Antonio Carlos Magalhães lembrou que o Legislativo "não tem faltado ao país"

O Orçamento da União para 1999, aprovado ontem pelo Congresso Nacional, prevê a obtenção neste ano de superávit primário – excluídos os gastos com juros da dívida pública – de R$ 16,3 bilhões. O projeto, que segue agora para sanção presidencial, estabelece receitas e despesas de R$ 545,9 bilhões. O senador Ramez Tebet, relator da proposta, disse que uma de suas principais metas foi a de reduzir as desigualdades regionais. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comemorou a aprovação. "O Congresso não tem faltado ao país", observou.

PÁGINAS 4 E 5

O plenário do Congresso, lotado, vota o Orçamento para este ano. Antonio Carlos (*ao lado de Ramez Tebet, relator, e Carlos Patrocínio*) preside a sessão

Reforma política volta na próxima legislatura

Todos os projetos que compõem a proposta de reforma política serão reapresentados na próxima legislatura, que começa em fevereiro. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que, dessa forma, pretende estimular o debate sobre o tema.

PÁGINA 7

Machado, Suassuna e Cabral participaram da discussão da CCJ

Educação ambiental vai a plenário

A proposta de criação de uma política nacional de educação ambiental foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e será submetida ao plenário do Senado. O projeto, que já havia passado pela Comissão de Educação, recebeu na CAS parecer favorável da senadora Marina Silva, para quem somente por meio da conscientização dos jovens é que se garantirá a preservação do meio ambiente.

PÁGINA 6

O que é o projeto

Plenário aprova os nomes de seis novos embaixadores

Pela manhã, o senador Romeu Tuma comunicou seu afastamento da presidência da Comissão de Relações Exteriores, cargo que vinha ocupando interinamente

Na sessão noturna, após a votação do Orçamento pelo Congresso, Senado votou indicação de embaixadores

O plenário do Senado aprovou ontem à noite a indicação de seis novos embaixadores: os ministros de primeira classe Ruy Nunes Pinto Nogueira, para a embaixada do Brasil na Venezuela; Vera Pedrosa Martins de Almeida, para o Equador; Affonso Emílio de Alencastro Massot, para a Holanda; Henrique Rodrigues Valle Júnior, para o Canadá; Clodoaldo Hugueney Filho, para as Comunidades Européias; e José Olympio Rache de Almeida, para a Estônia e a Finlândia.

Hugueney havia sido sabatinado na manhã de ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Além dele, também foram sabatinados na mesma reunião e receberam pareceres favoráveis Gilda Maria Ramos Guimarães, indicada para a embaixada na Guatemala, e Ricardo Drummond de Mello, para a Nicarágua.

Ao final da reunião, Romeu Tuma, vice-presidente da CRE, comunicou que estava deixando o cargo, assim como o senador José Sarney, presidente, pois, de acordo com o Regimento, encerravam-se seus mandatos na comissão. O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) congratulou Tuma, destacando que toda a pauta da comissão fora cumprida. Por sua vez, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) ressaltou o fato de que o presidente em exercício "desrespeitara ordens médicas", para voltar ao trabalho na Casa, enquanto Bello Parga (PFL-MA) assegurou que seu partido certamente indicará o nome de Tuma para que ele permaneça como membro da CRE.

Senadores votam hoje indicação de Francisco Lopes para o BC

O plenário do Senado vota hoje, em sessão que começará às 10h, a mensagem de indicação do nome do economista Francisco Lopes para a presidência do Banco Central, em substituição a Gustavo Franco. A indicação do presidente da República foi aprovada na última terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos.
O plenário deve votar hoje também projeto de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que cria 100 novas varas da Justiça Federal de primeiro grau, espalhadas por todo o país. O projeto foi aprovado pela CCJ na manhã desta quarta-feira.

CAE analisa programação monetária para o primeiro trimestre de 1999

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Pedro Piva (PSDB-SP), convocou reunião extraordinária para hoje, às 10h30, a fim de analisar extensa pauta. Um dos itens que deverá ser examinado é a mensagem presidencial com a programação monetária para o primeiro trimestre. A matéria tem parecer favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Também consta da pauta da CAE pedido de autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 1,1 bilhão entre o BNDES e o BID para investimentos no Programa Global de Financiamento Multissetorial. A matéria tem parecer favorável do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Com parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão também analisará pedido de autorização para empréstimo junto ao Banco de Exportação e Importação do Japão, no valor de 18 bilhões de ienes, destinado ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia.

Outro item da pauta é o pedido de autorização de empréstimo ao Banco Mundial, relatado favoravelmente pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF), no valor de até US$ 5 milhões, destinado ao Programa de Apoio a Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência. Todos esses itens da pauta são originários da Presidência da República e a votação tem caráter não-terminativo.

Deverá constar da pauta outra matéria com parecer favorável do senador Ney Suassuna, de caráter não-terminativo, que é o pedido de autorização do governo do Rio de Janeiro para a operação de crédito junto ao Bird no valor de US$ 186 milhões, destinados à execução do Programa Estadual de Transportes. Mas o projeto de resolução, de caráter não-terminativo, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo junto ao Kresitanstalt für Wiederaufbau (KFW), no valor de 16,5 milhões de marcos, para o financiamento parcial do Programa de Saneamento do Piauí recebeu parecer contrário de Suassuna.

Outra solicitação do governo do Piauí é o refinanciamento da dívida de R$ 250,6 milhões celebrado com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou parecer favorável ao pedido.

A CAE deve examinar ainda emenda de plenário, do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), ao projeto de resolução do Senado que trata de pedido da prefeitura de Teresina de autorização para contratação de operação de crédito junto ao BNDES. Os recursos, no valor de R$ 18,4 milhões, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro. O parecer do relator, Bello Parga (PFL-MA), é favorável à emenda.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa do Senado Federal
Pauta: *Discussão em turno único do Parecer nº 49/99, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 54/99, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil; e *PLC nº 4/99, que dispõe sobre reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais.

COMISSÕES

10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 1º trimestre de 1999; *Mensagem nº 28/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US$ 1,1 bilhão, de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial; *Mensagem nº 29/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de dezoito bilhões de ienes, entre o Brasil e o The Export-Import Bank of Japan, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia; *Mensagem nº 276/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US$ 5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, destinada ao financiamento, parcial do Programa de Apoio a Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência; *Ofício "S" nº 35/98, que encaminha ao Senado solicitação do governo do estado do Piauí, a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 20 de janeiro de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R$ 250.654.937,41; *Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina-PI a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R$ 18.454.510,00, cujos recursos, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município; *Ofício S nº 63/98, que encaminha ao Senado solicitação do governo do Rio de Janeiro a respeito de operação de crédito pleiteada junto ao Bird no valor de US$ 186 milhões, cujos recursos serão destinados à execução do Programa Estadual de Transportes; e *Emenda nº 01 de Plenário oferecida PRS nº 101/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até 16,5 milhões de marcos alemães, entre o Brasil e o Kresitanstalt für wiederaufbau – kfw, destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico do Piauí. *Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa*

Sexta-feira (29.01.99)
10h - Sessão não deliberativa do Senado Federal

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Especuladores estimulam a crise artificialmente, diz ACM

Segundo o presidente do Senado, instabilidade da economia é passageira e resulta da ação irracional "daqueles que não querem ver o país dando certo"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, logo após a aprovação do Orçamento, que a crise econômica está sendo artificialmente estimulada pela irracionalidade do mercado e a atuação "daqueles que não querem ver o país dando certo", pois o governo tem credibilidade e o Congresso está cumprindo seu dever.

– O governo tem credibilidade. O problema é a irracionalidade do mercado e a ação dos especuladores, que estão aí tramando contra o país. Acredito que, mais cedo ou mais tarde, o governo tomará posição mais forte contra eles – disse.

O senador continua otimista quanto ao desfecho favorável da crise:

– Agora temos que esperar pela racionalidade do mercado e pelas outras medidas que o governo federal ainda vai adotar para que nós possamos sair dessa crise, que é passageira, mas, infelizmente, está sendo contagiada pelos boateiros e por aqueles que não querem ver o país dando certo – ressaltou.

GOVERNADORES

Antonio Carlos Magalhães considerou demonstração de "ignorância jurídica e falta de espírito público" a ação interposta no Supremo Tribunal Federal pelos governadores de Mato Grosso e Goiás, com o objetivo de adiar a votação do Orçamento da União por estarem insatisfeitos com os recursos destinados à irrigação.

Antonio Carlos censurou o comportamento dos governadores de GO e MT

– Acho que foi uma incorreção desses governadores, que, sem nem sequer conversar conosco, pretenderam suspender a votação – afirmou.

A declaração foi concedida à imprensa no início da tarde de ontem, quando Antonio Carlos entrava no plenário da Câmara para presidir a sessão do Congresso Nacional onde foi votado o Orçamento Geral da União para 99.

BALANÇO

Depois da votação do Orçamento, o presidente do Senado disse que o saldo do trabalho legislativo durante a convocação extraordinária deste mês "foi excelente, tanto no Senado quanto na Câmara, decepcionando apenas aqueles que não acreditavam em tanta produção parlamentar".

Antonio Carlos afirmou que a proposta orçamentária, aprimorada pelos parlamentares e em processo de votação, "é o Orçamento possível, rigoroso porque também ele faz parte do esforço de ajuste fiscal do governo".

O resultado do trabalho parlamentar, acrescentou o senador, "mostrou aos brasileiros e estrangeiros, mais uma vez, que o Congresso nunca faltou e jamais faltará ao país". O Congresso, acrescentou ACM, "cumpriu 100% o seu dever".

– A única coisa que o Congresso ainda está devendo, mesmo assim por uma questão de obediência aos prazos, é a votação da CPMF pela Câmara, que acontecerá com a maior rapidez – explicou.

A autoconvocação do Legislativo entre 3 e 12 de fevereiro próximo, afirmou ACM, permitirá que a Câmara dos Deputados conte os prazos de tramitação da emenda que altera a cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). O Senado não deverá ter pauta nesse período.

SUDENE

Antonio Carlos recebeu ontem em audiência, em seu gabinete, o novo presidente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Aloísio Sotero.

Para Teotônio, defender a renúncia de FHC é golpismo

Teotônio cobra "seriedade" à oposição

O senador Teotônio Vilela Filho (AL), presidente nacional do PSDB, rebateu artigo de autoria do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, publicado na *Folha de S. Paulo*, em que ele prega a renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso. Teotônio classificou a atitude de leviana e irresponsável.

Exercendo o direito de resposta, Teotônio publicou no mesmo jornal o artigo "Tentação Golpista". Ele disse que alguns segmentos da oposição brasileira, "sem compromisso com o Brasil e sem a seriedade para propor alternativas viáveis para o país, só fazem criticar, por vezes de maneira irresponsável".

– O que é isso? Num português claro, é golpismo. É ir contra a vontade do povo. E isso nós não aceitamos, a sociedade brasileira não aceita e jamais aceitará – afirmou, lembrando que FHC foi reeleito por 36 milhões de brasileiros, no primeiro turno, com 56% dos votos válidos.

Amorim quer informações sobre dívidas dos estados

Amorim teme que queixas "tenham eco"

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou ter encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimento de informações à área econômica sobre o perfil detalhado do endividamento original dos estados e sua evolução.

Amorim justificou a medida dizendo considerar de grande importância que o Senado realize uma análise aprofundada do histórico dessas dívidas e do processo de autorização das operações de crédito dos estados.

O senador por Rondônia afirmou que os estados estão reclamando porque agora têm que pagar débitos "que antes eram rolados com a autorização do Senado Federal".

Ele enfatizou que essa foi a contrapartida dos estados na renegociação da dívida: "A União assumiu, com prazo maior e juros menores, mas acabou a rolagem, pela qual não se pagava nada, que o Senado sempre autorizava". O senador teme que a reclamação dos estados termine "encontrando eco e alguma alternativa seja proposta, como sempre acontece".

Senado apresenta condolências por morte de Rosalvo Barbosa

O plenário do Senado aprovou requerimento de apresentação de condolências ao governo do estado, à Assembléia Legislativa da Bahia e à família do ex-vice-governador Rosalvo Barbosa Romeu, falecido na terça-feira. O requerimento foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que classificou Rosalvo Barbosa como um "amigo fraternal". O senador disse ainda que Rosalvo era um político digno, sério e um dos homens mais cultos da Bahia em todos os tempos.

– Ele foi meu amigo fraternal, meu secretário algumas vezes, deputado estadual, presidente da Assembléia, vice-governador do estado. Nunca desejou vir para o cenário nacional, estava preso à nossa Bahia – lembrou Antonio Carlos, que lamentou a impossibilidade de ter ido à Bahia para prestar suas últimas homenagens a Rosalvo.

Iris lamenta falecimento do ex-deputado Paulo Campos

Iris Rezende lamenta morte do ex-deputado

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) comunicou ao Senado a morte do ex-deputado Paulo Campos, ocorrida na madrugada de ontem na cidade goiana de Rio Verde, e apresentou requerimento de pesar. "Hoje, Rio Verde está de luto, Goiás está de luto, os fóruns estão com bandeiras a meio-pau, a classe política está de luto, os intelectuais estão órfãos, o povo goiano, principalmente as camadas mais simples da sociedade, está chorando a morte de um dos seus quadros mais ilustres", disse o senador.

Iris lembrou que Paulo Campos era prefeito de Rio Verde e, como deputado federal, enfrentou a "ditadura de peito aberto, na tribuna do Congresso Nacional, e na UnB, misturado aos estudantes" e por isso teve seus direitos políticos cassados. O senador lembrou também que Paulo Campos tinha consciência de que a cidadania começa e termina pela educação, setor que teve prioridade em sua gestão na prefeitura de Rio Verde.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou-se chocado pela notícia da morte de Paulo Campos. "Homem de esquerda, conhecedor profundo do marxismo, discutia com precisão todos os temas", afirmou.

Posse de senadores leva à suspensão do *Visite o Senado*

Em razão do trabalho de preparação do Senado Federal para a posse dos novos parlamentares, as atividades do programa *Visite o Senado* estarão suspensas dias 30 e 31. O programa é desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas.

Nas visitas, os turistas ficam conhecendo todos os salões do Senado, o plenário, o museu, a biblioteca e as comissões. Funcionários da Subsecretaria de Relações Públicas guiam os visitantes pela Casa, prestando informações sobre o funcionamento do Senado, sua história e como são feitas as leis no país.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 1999

1

Mensagem nº 245, de 1998 (nº 1.345/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor *Ruy Nunes Pinto Nogueira,* ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao Presidente da República. Votaram: Sim: 55. Não: 1. Abst: 2. Total: 58.

2

Mensagem nº 256, de 1998 (nº 1.397/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome da senhora *Vera Pedrosa Martins de Almeida,* ministra de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixadora do Brasil junto à República do Equador.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao presidente da República. Votaram: Sim: 56. Não: 1. Abst: 3. Total: 60.

3

Mensagem nº 14, de 1999 (nº 1.598/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor *Affonso Emílio de Alencastro Massot,* ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao presidente da República. Votaram: Sim: 55. Não: 2. Abst: 3. Total: 60.

4

Mensagem nº 25, de 1999 (nº 1.623/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor *Henrique Rodrigues Valle Júnior,* ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil no Canadá.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao presidente da República. Votaram: Sim: 53. Não: 1. Abst: 3. Total: 57

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Orçamento prevê saldo primário de R$ 16,3 bi

Proposta orçamentária aprovada pelo Congresso ontem fixa um superávit nas contas do governo (excluídos os pagamentos de juros), estima queda do PIB em 1% e projeta inflação anual inferior a 2%

Substitutivo votado e aprovado ontem pelo Congresso não levou em conta possíveis efeitos da crise cambial sobre os valores do Orçamento

DESPESAS PREVISTAS NO ORÇAMENTO

1.	ROLAGEM DA DÍVIDA PÚBLICA	248,2 bilhões
2.	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	91,9 bilhões
3.	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	31,2 bilhões
4.	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	64,5 bilhões
5.	MINISTÉRIO DA SAÚDE	19,6 bilhões
6.	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11,1 bilhões
7.	OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	9,7 bilhões
8.	MINISTÉRIO DA FAZENDA	9,5 bilhões
9.	MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	8,7 bilhões
10.	MINISTÉRIO DO TRABALHO	8,5 bilhões
11.	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	5,7 bilhões
12.	MINISTÉRIO DA MARINHA	4,7 bilhões
13.	MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	4,1 bilhões
14.	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	4,0 bilhões
15.	JUSTIÇA DO TRABALHO	3,2 bilhões
16.	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3,0 bilhões
17.	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	2,3 bilhões
18.	JUSTIÇA FEDERAL	2,0 bilhões
19.	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1,7 bilhão
20.	GABINETE MEPF	1,4 bilhão
21.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1,09 bilhão
22.	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1,08 bilhão
23.	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1,056 bilhão
24.	JUSTIÇA ELEITORAL	1,055 bilhão
25.	CÂMARA DOS DEPUTADOS	1,034 bilhão
26.	SENADO FEDERAL	845,1 milhões
27.	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	790,1 milhões
28.	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	694,0 milhões
29.	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	563,0 milhões
30.	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	534,9 milhões
31.	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	499,6 milhões
32.	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	348,3 milhões
33.	MINISTÉRIO DA CULTURA	263,7 milhões
34.	JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS	261,4 milhões
35.	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	250,5 milhões
36.	MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	153,5 milhões
37.	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	112,2 milhões
38.	JUSTIÇA MILITAR	94,4 milhões

O Congresso Nacional aprovou ontem à tarde, nos termos de substitutivo da Comissão Mista, a proposta orçamentária para 1999, mantendo a previsão de um superávit primário (que exclui os gastos com juros da dívida pública) de R$ 16,3 bilhões, fixado na segunda versão do projeto de lei do Orçamento para 1999.

Na Câmara dos Deputados, o substitutivo do relator-geral, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), recebeu 301 votos favoráveis e 81 contrários, além de uma abstenção. Entre os senadores, a lei orçamentária foi aprovada com 59 votos favoráveis e 9 contrários.

A primeira versão, enviada ao Congresso no prazo constitucional, no final de agosto de 1998, coincidiu com o anúncio da moratória russa e a conseqüente elevação das taxas de juros no Brasil, que levaram a abrupto aumento do déficit nominal das contas públicas (estimado em 7,7% do PIB em 1998) e ao programa de ajuste fiscal.

VARIÁVEIS

Por outro lado, o próprio substitutivo do Congresso, conforme o relatório final do senador Ramez Tebet, não integrou as possíveis repercussões da desvalorização cambial sobre os preços e as receitas orçamentárias. Assim, o relator aponta que, em contraposição às hipóteses que sustentam as principais estimativas não-financeiras do Orçamento para 1999 – queda de 1% no PIB e inflação anual média de 1,57% –, "alguns analistas avaliam que a inflação poderá alcançar 7% no ano de 1999". Em relação ao índice de crescimento da produção nacional, Tebet acredita que ele será maior do que o previsto no próprio substitutivo, dada "a queda mais pronunciada dos juros e a geração de excessos de arrecadação".

O Orçamento para 1999 prevê receitas e despesas de R$ 545,9 bilhões, dos quais R$ 255,4 bilhões serão obtidos com a emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e com recursos oriundos do Orçamento da Seguridade Social, destinados à rolagem da dívida pública interna e externa. Os encargos financeiros da União somarão R$ 91,9 bilhões.

Receita cresceu R$ 2,1 bi e incluiu arrecadação do "imposto verde"

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização elevou a receita prevista pelo Executivo em cerca de R$ 2,1 bilhões, incluindo estimativa de arrecadação do imposto sobre derivados de petróleo (o "imposto verde"), motivo de crítica por parte de muitos parlamentares, no plenário. A estimativa de arrecadação a maior com o novo imposto baseou-se na hipótese de que a cobrança só será feita no segundo semestre, incorporando cinco meses de arrecadação às receitas inicialmente previstas.

Além disso, a comissão, em entendimento com os órgãos federais de planejamento e orçamento, reavaliou outras receitas estimadas pelo Executivo e remanejou recursos para investimentos. Segundo Tebet, as despesas com pessoal constantes da segunda versão da proposta de Orçamento do Executivo previam gastos de R$ 52,2 bilhões, R$ 2,7 bilhões a mais do que o total estimado pelo próprio Executivo na primeira versão do seu projeto de lei orçamentária, "com acréscimo de 7% sobre o Orçamento de 1998 e de 9% em relação aos valores empenhados no exercício".

REAJUSTE ZERO

Diante da ausência de qualquer previsão de reajuste para o funcionalismo, os acréscimos de gastos seriam decorrentes de crescimento vegetativo da folha de pessoal:

– Ficou a firme impressão de que os gastos com pessoal estivessem superestimados – observou Tebet em seu parecer.

Na reestimativa dessas despesas feita pela comissão, os parlamentares levaram em conta informação do então Ministério da Administração e Reforma do Estado de que o percentual de crescimento vegetativo das despesas com pessoal é praticamente nulo, dado que sucessivas medidas legislativas de iniciativa do Executivo secaram as fontes daquele crescimento.

Congresso aumentou as dotações orçamentárias para investimentos de 1999 de R$ 4,9 bilhões para R$ 8,7 bilhões, dos quais R$ 1,5 bilhão foi retirado das despesas com pessoal

Com essas modificações no âmbito das receitas fiscais, o Congresso conseguiu aumentar as dotações orçamentárias para investimentos de R$ 4,9 bilhões para R$ 8,7 bilhões. Desse total, R$ 1,5 bilhão foi retirado das dotações originalmente alocadas em despesas com pessoal. Outro R$ 1,3 bilhão foi recolhido de recursos que, na proposta do Executivo, se destinariam ao pagamento de sentenças judiciais não transitadas em julgado.

Foram mantidos os valores destinados ao pagamento de precatórios correspondentes a sentenças judiciais transitadas em julgado. "No tocante aos servidores públicos ativos e inativos, mantivemos intactos os valores de precatórios", salientou o relator em seu parecer.

EMENDAS

Foram essas modificações que permitiram a aprovação de emendas parlamentares no valor total de R$ 5,3 bilhões. Como detalhou o relator, "desse montante, R$ 866 milhões foram destinados ao atendimento de 7.572 emendas individuais, com a aprovação do colegiado da Comissão de Orçamento. As 266 emendas de bancadas estaduais representaram R$ 2,3 bilhões. As comissões permanentes aprovaram 74 emendas no montante de R$ 576 milhões".

Ainda conforme o relatório de Tebet, a pedido de vários parlamentares, os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) foram aumentados em R$ 325 milhões com o objetivo de atenuar distorções regionais na sua distribuição. Outro destaque feito pelo relator referiu-se à aprovação de mais R$ 60 milhões para o Ministério da Educação, alocados na manutenção e desenvolvimento dos hospitais universitários mantidos pelas universidades federais.

Tebet buscou a redução das desigualdades regionais

Relator-geral da lei orçamentária destaca em plenário a tentativa de "igualar os cidadãos brasileiros" com o aumento das verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde

A redução das desigualdades regionais foi uma das principais metas que nortearam a elaboração do Orçamento da União para este ano, disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral da lei orçamentária. Defendendo seu relatório da tribuna, durante a sessão do Congresso que aprovou a lei, Tebet afirmou que, na tentativa de "igualar os cidadãos brasileiros", aumentou as verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

– Este é o Orçamento que, pela primeira vez, teve a coragem de injetar R$ 350 milhões no SUS – disse, acrescentando que essa medida beneficiou 21 estados.

Ele ressaltou que o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, teve um "decisivo papel" para possibilitar a alocação desses recursos.

O relator destacou também outras verbas destinadas à área social, como R$ 70 milhões para as universidades federais e R$ 100 milhões para o projeto de garantia de renda mínima. Para o senador, o governo federal não deverá promover cortes nesses dispositivos, "porque cortar seria cortar a própria carne".

ESFORÇO

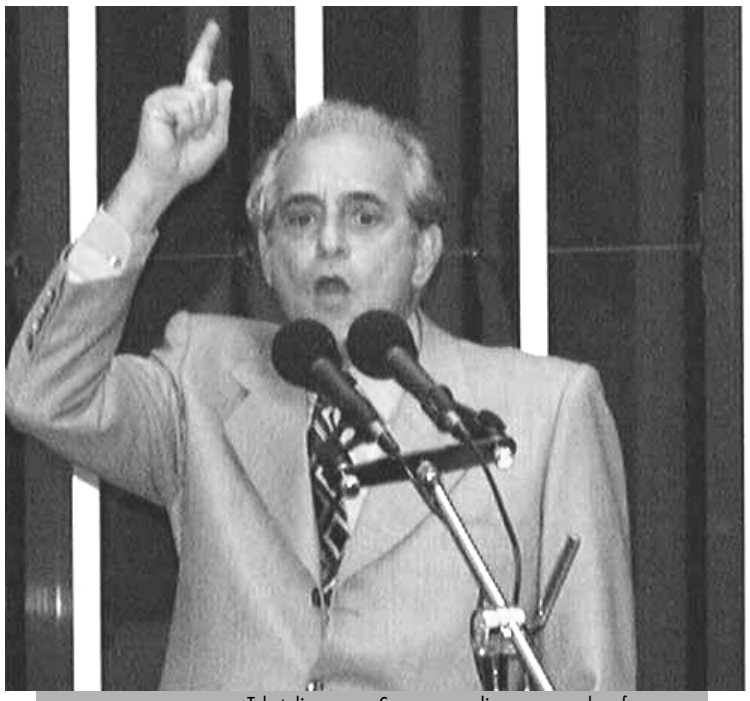
Tebet lembrou que o Orçamento deste ano foi aprovado em tempo recorde, em um esforço talvez nunca observado no Congresso Nacional. Disse ter procurado, na elaboração do relatório, ouvir os pleitos de todos os parlamentares, bancadas e governadores – incluindo os recém-empossados.

O relator defendeu a inclusão, no Orçamento, do imposto sobre combustíveis, ainda não aprovado pelo Congresso, que acrescenta receitas de R$ 2,1 bilhões. Para ele, trata-se de preservar a participação do Congresso Nacional na destinação das verbas, pois a exclusão do imposto liberaria o governo para aplicar os recursos onde quisesse.

A maior inovação no Orçamento deste ano, porém, foi a inclusão da obrigatoriedade de o governo apresentar relatórios trimestrais de suas contas, afirmou Ramez Tebet. Assim, observou, o Congresso Nacional poderá melhor fiscalizar a execução do Orçamento.

ARMA

Em pronunciamento feito logo depois da manifestação de Ramez Tebet, o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), deputado Lael Varella (PFL-MG), lembrou a observação de Montesquieu, para quem o Orçamento é uma poderosa arma de controle do Poder Executivo pelo Poder Legislativo. Ele destacou também o alto nível dos debates na comissão. Ressaltou ainda que a presença do senador Antonio Carlos Magalhães na presidência do Congresso dá a certeza de que a justiça pode ser encontrada em todas as decisões do legislativo federal.



Tebet disse que o Congresso realizou um grande esforço, conseguindo aprovar o Orçamento da União em tempo recorde

Proposta gerou três horas de debates

Antes do encaminhamento da votação no Congresso, durante três horas os parlamentares discutiram ontem a proposta orçamentária para 1999, que prevê um superávit primário de R$ 16,3 bilhões, exigência do governo federal ligada à programação do ajuste fiscal e ao acordo firmado com o FMI e países membros do G-7. Os partidos de oposição declararam sua intenção de votar contra o projeto de Orçamento, por entenderem que "ele representa apenas um sinal dado aos financistas internacionais", nas palavras do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Para Dutra, o governo vai prejudicar os interesses, a saúde e até os estômagos dos brasileiros para saciar o apetite insaciável do chamado mercado. "A proposta demonstra a visão de Brasil e do mundo que tem o governo, ao cortar instrumentos que poderiam atenuar as desigualdades sociais, como atendimento de idosos, deficientes físicos e crianças carentes. O projeto também acentua as desigualdades regionais, porque destina mais recursos para as regiões desenvolvidas do país, em detrimento das carentes."

O senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou para a importância de um orçamento que prevê gastos menores do que a arrecadação. "Todos diziam que não haveria solução para o Brasil enquanto tivéssemos um governo gastador. Com a previsão de R$ 16,3 bilhões de superávit primário (conceito que não

Dutra considera o projeto "apenas um sinal aos financistas internacionais"

inclui gastos com juros) e investimentos da ordem de R$ 8,7 bilhões, trata-se de um projeto consistente, que terá que ser cumprido pelo governo, uma vez que o Congresso lhe deu plena colaboração."

Segundo o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), raras vezes as bancadas governista e oposicionista trabalharam com tanto espírito público. "Esta é a grande contribuição

Lobão destaca a previsão de gastos menores do que a arrecadação

que o Congresso pode dar ao governo: uma proposta orçamentária que consolida o ajuste fiscal através da manutenção de cortes da ordem de R$ 8,7 bilhões, abrindo caminho para o superávit primário de R$ 16,3 bilhões", enfatizou.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) aplaudiu o trabalho da Comissão Mista de Orçamento, em especial a iniciativa de ouvir setores interessados em determinadas rubricas de investimento, bem como nas emendas de parlamentares, para melhor esclarecimento de seus integrantes. "Foi um trabalho consciente. O relatório do senador Ramez Tebet dá margem à retomada de crescimento e geração de empregos que todos desejamos", garantiu Patrocínio.

OPOSIÇÃO

A oposição, porém, classificou a previsão fechada de superávit fiscal como um bomba-relógio que pode explodir dentro do governo. "O Orçamento é uma hipótese, uma previsão de despesas e receitas. Se houver, como acontece muito, uma frustração de receita, as contas não fecharão e os termos do acordo com o FMI não poderão ser cumpridos", argumentou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

Vários deputados da oposição, como Jandira Feghali (PC do B-RJ) e João Fassarela (PT-MG), manifestaram-se contrários à inclusão do chamado "imposto verde" (imposto sobre os combustíveis) como fonte de receita no Orçamento, uma vez que ele ainda não foi aprovado pelo Congresso. "Trata-se de um imposto extraterrestre, e o Congresso, ao vincular rubricas à sua arrecadação, colabora nessa farsa e abre um precedente perigoso", observou Jandira.

Arruda lembra espírito público na atuação dos parlamentares

Fassarela enfatizou que o Orçamento não satisfaz aos interesses da maioria dos brasileiros. "Não há resgate social, não há previsão de retomada de crescimento e geração de empregos. O governo cortou na reforma agrária, no custeio das universidades, na saúde e na restauração das rodovias para obter o superávit que prometeu ao FMI. Esse Orçamento tem a cara da submissão do país aos investidores estrangeiros", finalizou o deputado petista.

Patrocínio vê espaço para retomada do crescimento e geração de empregos

Antonio Carlos elogia trabalho das lideranças para a aprovação do Orçamento

ACM afirma que Congresso não faltou ao país em nenhum momento

Após a aprovação ontem à tarde do Orçamento da União para 1999, o presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, disse que o Poder Legislativo cumpriu o seu dever para com o país.

– O Congresso não tem faltado ao país em nenhum momento. Este Congresso cumpriu com o seu dever – frisou.

Antonio Carlos elogiou o trabalho das lideranças no Congresso para que a lei orçamentária pudesse tramitar em prazo exíguo.

– Agradeço o esforço dos membros da Comissão Mista de Orçamento e dos líderes do governo e da oposição que trabalharam para a tramitação das matérias com tranqüilidade.

CAS aprova projeto sobre educação ambiental

Proposta do deputado Fábio Feldmann já havia sido avaliada pela Comissão de Educação e agora vai ao plenário do Senado para discussão. Recursos das multas serão usados para desenvolver consciência ecológica

A senadora Emília Fernandes leu o relatório assinado por Marina Silva, que participava de uma reunião no Ministério do Meio Ambiente

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer da senadora Marina Silva (PT-AC) favorável ao projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que institui uma Política Nacional de Educação Ambiental.

A matéria, que já foi aprovada pela Comissão de Educação, segue para apreciação do plenário. O parecer foi lido pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Além de estabelecer uma política nacional sobre educação ambiental, o projeto de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) prevê a utilização, no financiamento de ações em educação ambiental, de 20% dos recursos arrecadados com multas aplicadas por descumprimento da legislação sobre o meio ambiente.

O projeto define a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação no país. Entretanto, em vez de transformá-la em mais uma disciplina curricular, estabelece normas para o seu desenvolvimento nas várias matérias do ensino formal.

A proposição também prevê a capacitação de recursos humanos, a realização de estudos e pesquisas, a produção e divulgação de material educativo, além do acompanhamento e avaliação da execução da política nacional sobre educação ambiental.

Na opinião de Emília Fernandes, é fundamental que se estabeleçam mecanismos legais para definir uma política de educação ambiental para o país. Ela argumentou que somente com a conscientização dos jovens, das novas gerações, é que se garantirá a preservação do meio ambiente.

Já o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que apenas a educação tornará possível uma melhor convivência entre o homem e o ambiente no qual ele vive.

A senadora Marina Silva explicou ao presidente Ademir Andrade (PSB-PA) e aos demais membros da comissão que chegou alguns instantes após a discussão da matéria por estar participando de uma reunião com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e a deputada estadual pelo Acre, Malu Gouveia. O assunto discutido foi um relatório recebido pela senadora, que denuncia a exploração indevida, por madeireiros peruanos, de duas mil árvores de madeira nobre na Serra do Divisor, fronteira do Acre com o Peru.

Participaram da reunião da CAS os senadores José Alves (SE), Joel de Hollanda (PE), Leonel Paiva (DF), Moreira Mendes (RO), Djalma Bessa (BA), Júlio Campos (MT) e Romeu Tuma (SP), do PFL; Nabor Júnior (AC) e Marluce Pinto (RR), do PMDB; Osmar Dias (PR) e Lúdio Coelho (MS), do PSDB; Marina Silva (PT-AC); Ademir Andrade (PSB-PA) e Emília Fernandes (PDT-RS).

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Hidroginástica
7h30 - *Especial Unip* - Assunto: O sono
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Futebol Feminino
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Cerrado
9h30 - *Entrevista* - O senador Epitácio Cafeteira fala sobre a *contribuição previdenciária*
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - Sessão Deliberativa do Senado (ao vivo)
12h - *Cores do Brasil* - Bahia
12h30 - Entrevista com o senador Epitácio Cafeteira sobre as mudanças na contribuição à Previdência
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Brasília
13h30 - *Debate* - Os senadores Edison Lobão e Eduardo Suplicy debatem sobre a *reforma político-partidária*
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - Amazonas
19h - *Palestra* - Combatendo o estresse
20h30 - Entrevista com o senador Epitácio Cafeteira sobre as mudanças na contribuição à Previdência
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Debate* - Os senadores Edison Lobão e Eduardo Suplicy debatem sobre a *reforma político-partidária*
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
Polarização: Vertical
Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
Antena - 3,6 m LNB
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
Symbol 3,2143MS-S
SEC 3/4
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

NET BsB - canal 7
SKYNET - canal 30
DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
Receptor ABR 200, ComStream
LBN DRO ComStream
60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:
Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
Satélite: Brasilsat B2
Polarização: Vertical (RX)
Modo: Joint-Stereo
Taxa: 128 Kbps-BPSK
Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Senadores destacam dinamismo do presidente da comissão

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Ademir Andrade (PSB-PA), foi homenageado pelos membros da comissão no encerramento da reunião de ontem, a última de que participou como presidente. Na homenagem, os senadores destacaram o trabalho intenso da CAS nos últimos dois anos e as matérias relevantes aprovadas, atribuindo os resultados ao empenho e dinamismo de seu presidente.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), primeira a se pronunciar, lembrou que a comissão trabalhou intensamente durante os dois últimos anos, aproximando-se da sociedade na discussão de matérias de interesse da população.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) ressaltou sua satisfação em ter chegado ao final da legislatura com a convicção de que a comissão aprovou vários projetos relevantes para a área social. Também enalteceu a atuação do presidente da CAS, Ademir Andrade, pelo seu dinamismo na busca da aprovação de projetos para facilitar a vida da população.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentou Ademir Andrade pelo seu esforço em evitar que a CAS deixasse de funcionar pela ausência de senadores. Na sua opinião, a comissão teve um rendimento exemplar, tanto aprovando projetos para amenizar o sofrimento da população como promovendo audiências públicas importantes para o Brasil.

PRODUTIVIDADE

Em nome do governo e do seu partido, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) homenageou o presidente da Comissão de Assuntos Sociais pela condução dos trabalhos, que proporcionou a votação de matérias cuja tramitação estava parada. Segundo ele, a CAS teve uma produtividade igual ou superior à das comissões mais requisitadas do Senado, como as de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por sua vez, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) testemunhou que os últimos dois anos foram o período mais produtivo desde que ele integra a comissão. "Este resultado deve-se ao esforço do presidente Ademir Andrade, que na véspera das reuniões aproveitava as sessões do plenário para cobrar a presença de cada senador", lembrou.

A coerência, a lealdade e as decisões tomadas "sem perder de vista os interesses do país" foram citadas pelo senador José Alves (PFL-SE) como algumas das qualidades mostradas por Ademir Andrade como presidente da CAS. Também elogiou seu dinamismo na condução dos trabalhos:

– Não é a roupa que faz o monge, mas o monge quem faz a roupa. Sua atuação inaugura uma nova roupagem para a CAS – foi essa a forma que a senadora Marina Silva (PT-AC) escolheu para parabenizar Ademir Andrade pela sua atuação como presidente da CAS.

Ademir anunciou que trabalho da CAS nos últimos dois anos vai ser registrado em livro

Ela acrescentou que, nesta legislatura, foram aprovadas várias matérias importantes para o país e realizadas audiências públicas sobre temas que até então eram considerados tabus.

LIVRO

Na reunião, Ademir anunciou que será editado um livro sobre todo o trabalho desenvolvido pela CAS nos últimos dois anos, para o qual pediu sugestões dos senadores. Para ele, a CAS desenvolveu um trabalho "exemplar" na atual legislatura, graças à participação dos seus membros.

Ele agradeceu a cada um dos senadores e adiantou que apoiará a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), indicada pelo Bloco Oposição para a presidência da comissão.

Criação de juizados e varas agilizará a Justiça

CCJ dá parecer favorável a emenda constitucional, proposta pelo Executivo, e a projeto de lei, apresentado pelo STJ, que têm como objetivo comum oferecer ao Judiciário condições de tornar mais rápida a tramitação de processos

A convocação extraordinária do Congresso Nacional pode resultar no aprimoramento dos trabalhos da Justiça Federal. Depois de serem aprovados na Câmara dos Deputados no início deste mês, um projeto de lei e uma proposta de emenda à Constituição que, entre outras coisas, possibilitam a criação de juizados especiais e cem novas varas na Justiça Federal receberam ontem parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

O projeto, relatado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), cria varas de execução fiscal e cíveis na Justiça Federal de primeiro grau, distribuídas pelas suas cinco regiões. Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), autor do projeto, a medida é indispensável à continuidade dos serviços e pode evitar prejuízos à Fazenda Nacional.

– A aprovação da proposta representa providência urgente e correta, no sentido de permitir a adequada prestação de justiça no Brasil, abrindo caminho para uma reforma do Judiciário realmente eficaz – defendeu Francelino, que ressaltou o aumento da demanda sobre a Justiça, decorrente, segundo ele, do crescimento da atividade econômica e do aumento da consciência de cidadania.

Por meio de proposta de emenda à Constituição, encaminhada pela Presidência da República, a Justiça Federal poderá criar juizados especiais. Segundo o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), a medida preenche uma lacuna da Constituição de 1988, pois os juizados especiais já existem no âmbito da Justiça dos estados.

– Há grande número de casos, relacionados a causas federais, que podem ser resolvidos em juizados especiais em processos rapidíssimos, possibilitando aos cidadãos que seus direitos sejam atendidos – afirmou Fogaça.

Além disso, a proposta subdivide a competência para julgar os *habeas corpus*. Desse modo, passa a ser do STJ a prerrogativa de analisar os *habeas corpus* em que haja tribunal envolvido como parte da ação.

– Essa é uma boa idéia, que já havia sido manifestada pelo ex-ministro Nelson Jobim, agora apresentada por iniciativa do ex-ministro e senador Iris Rezende (PMDB-GO) – afirmou o presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), sobre os antigos ocupantes da pasta da Justiça. Ambas as propostas foram aprovadas pela comissão por unanimidade.

A emenda aprovada pelos integrantes da CCJ, na reunião de ontem, permite à Justiça Federal criar juizados que hoje já existem na esfera estadual

Votação da reforma política é adiada para a próxima legislatura

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta do senador Roberto Freire (PPS-PE) para que todos os projetos referentes à reforma político-partidária sejam reapresentados na próxima legislatura. A proposta, aprovada por unanimidade pela CCJ por meio de acordo assinado pelos senadores, adia a apreciação de toda a reforma político-partidária para permitir o aprofundamento do debate sobre o tema.

São ao todo 11 matérias que tratam do assunto, sendo três projetos de lei do Senado e oito propostas de emenda constitucional. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) foi relator de sete matérias e o líder do PSDB no Senado, senador Sérgio Machado (CE), relatou quatro. Desse total, somente três matérias receberam parecer contrário, de autoria de Francelino Pereira: as que propõem o voto facultativo, a mudança no sistema de suplência e a redução do mandato dos senadores de oito para seis anos. As demais matérias receberam parecer favorável, mas não foram votadas.

Defensor do adiamento, Freire considera as mudanças propostas "autoritárias e conservadoras"

Uma das propostas em discussão veda o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional. Foi a partir da análise dessa matéria que o senador Roberto Freire criticou a reforma política como "autoritária" e, ao final, propôs nova discussão para o tema.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu, e a CCJ aceitou, que o trabalho da Comissão Especial de Reforma Político-Partidária conste da instrução de cada projeto que será reapresentado na Comissão de Justiça. O objetivo é fazer com que o trabalho que antecedeu o da CCJ seja debatido novamente na comissão.

As demais propostas dispõem sobre critérios para distribuição de recursos para os partidos; fixação de prazos mínimos para domicílio eleitoral, filiação partidária e registro de candidatos; fixação do número de vereadores proporcional ao de eleitores; permissão para que possa haver restrições à divulgação de pesquisas eleitorais; instituição do sistema eleitoral misto para a Câmara dos Deputados; fixação de calendário para eleições em todos os níveis; e adoção da fidelidade, com punições de perda de mandato eletivo para quem violar a disciplina partidária.

Na reunião da CCJ, Roberto Freire foi quem mais falou, aproveitando para comentar as propostas e os pareceres dos relatores.

– A visão da proposta de reforma política é profundamente autoritária e conservadora. Aqui não se está discutindo o que a moderna democracia vem fazendo, aqui se pensa de forma minimalista e de funcionalidade. Querem excluir, impor limites, mas partido político não é para ser regulado pelo Estado ou por uma maioria eventual. Se tivéssemos essa visão na época da ditadura, não teríamos hoje o PT – observou.

Suplicy e Lobão debatem o assunto na TV Senado

Fidelidade partidária, financiamento público de campanhas eleitorais e instituição de barreiras para a criação de partidos sem representatividade. Os assuntos, parte da reforma político-partidária em debate no Congresso, foram discutidos em programa da TV Senado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Edison Lobão (PFL-MA).

Segundo Lobão, o PFL e PT já praticam a fidelidade partidária.Os projetos são discutidos e, depois de uma decisão de consenso, os líderes votam representando a vontade dos parlamentares do partido, declarou. Suplicy concordou com a tese, mas disse achar exagerada a proposta que pune com a perda do mandato aos parlamentares que quiserem mudar de partido.

Os dois debatedores são favoráveis ao financiamento público das campanhas eleitorais, nos moldes do sistema alemão. Também houve relativo consenso entre Suplicy e Lobão quanto à necessidade de reduzir o número de partidos, de maneira a reduzir as legendas de aluguel. Suplicy observou apenas que eventuais mudanças não podem impedir o registro de partidos – como o Partido Verde – que, embora pequenos, são muito representativos no cenário político nacional.

O programa será transmitido hoje, à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.

Cabral é elogiado por trabalho à frente da CCJ

O fim do mandato do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) na presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi lembrado ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que, em nome de todos os membros da comissão, elogiou a condução dos trabalhos da CCJ nos últimos dois anos.

– Vossa Excelência nos deu toda a tranqüilidade para realizarmos nossas atividades, com a maior competência e sempre atento à Constituição – disse Simon, apoiado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

– A homenagem é feita de coração e, muitas vezes, o coração não obedece à razão – disse Bernardo Cabral a Simon, antes de encerrar a última reunião por ele presidida.

Em dezembro passado, a CCJ já havia realizado reunião para homenagear o senador pelo Amazonas, que foi presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ministro da Justiça e relator-geral da Assembléia Nacional Constituinte.

Cabral foi homenageado pela maneira tranqüila e competente com que presidiu a comissão

Júnia se despede criticando "ditadura dos tecnocratas"

Representante de Minas Gerais deixa o Senado afirmando que só uma ação política, envolvendo a sociedade e o Congresso, poderá reduzir os efeitos da crise. Ela foi aparteada por 34 senadores, que elogiaram sua atuação na Casa

Em discurso de despedida do Senado, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) pediu ontem ao Congresso que interrompa "o ciclo de prepotência e arrogância da nova ditadura brasileira, a dos tecnocratas, particularmente os economistas", que se acham "donos de todas as verdades e guardiães da chave de toda felicidade".

Para Júnia, em nome da globalização, os tecnocratas mergulharam o país na crise, "concentrando a riqueza nas mãos de uns poucos beneficiários da especulação financeira mundial". Aparteada por 34 senadores, ela disse que sempre alertou para os efeitos perversos da globalização sobre os cidadãos comuns, mas o processo já estendeu "seus tentáculos para todos os lados", tendo levado países da Ásia "do céu ao inferno em pouco tempo".

– O Brasil não era a Ásia, diziam. O Brasil não era o México, repetiam. O Brasil não tem nada a ver com a Rússia, insistiam. De pouco valem agora atos de contrição como os que vêm sendo feitos pelos gênios que deixaram a equipe econômica ou mesmo pelos sábios conselheiros do Fundo Monetário Internacional, que confessam publicamente ter errado na receita – afirmou.

Júnia Marise ponderou que só uma ação política, envolvendo a sociedade e o Congresso, poderá agora reduzir os efeitos da crise brasileira, porque "estabilidade financeira não pode se sobrepor aos interesses da população". Depois de lembrar que nos últimos anos ela e seus colegas da oposição alertaram para a catástrofe que se aproximava, a senadora acusou a equipe econômica e o FMI de "usarem mais uma vez a população brasileira de cobaia em seus experimentos".

Júnia Marise, que exerceu o mandato de senadora por oito anos, começou a carreira como vereadora em Belo Horizonte, depois de atuação destacada como jornalista. Já foi deputada estadual, federal e vice-governadora de Minas Gerais. No Senado, foi autora do projeto que incluiu o Vale do Jequitinhonha na área da Sudene. Na despedida, lembrou também que lutou contra a privatização da Vale do Rio Doce e da Usiminas.

Júnia Marise acusou a equipe econômica e o FMI de usarem a população brasileira como cobaia

Bernardo Cabral

"Ser oposição é fácil. Mas exercer a oposição com dignidade e transparência nem sempre é tão fácil", afirmou, para sustentar que Júnia Marise fez sempre uma admirável oposição, e a ela jamais faltou prudência nem bom senso.

Hugo Napoleão

Lembrou os tempos em que foram colegas na Câmara e disse que o que caracterizou a atuação de Júnia no Senado foi "uma linha de coerência, racionalidade e lealdade, além do acendrado nacionalismo".

Roberto Requião

Deu testemunho da significativa atuação de Júnia no Senado e exaltou a coerência partidária, firmeza nas votações e a posição claramente a favor do Brasil: "Foi uma senadora exemplar, daquelas que não se compra e nem se vende".

José Eduardo Dutra

Destacou a "profunda convicção e competência" de Júnia e lembrou que ambos atuaram em trincheiras nacionalistas, como na defesa da Vale do Rio Doce. Concluiu que ela é milionária de votos, pois recebeu 2,5 milhões na última eleição.

Iris Rezende

Afirmou que Júnia se despede após um período profícuo de trabalho prestado ao Brasil. E registrou que ela ficará na história política como uma das grandes responsáveis pela abertura do espaço ocupado pela mulher.

Francelino Pereira

Declarou-se admirador eterno "da juventude, feição de menina e fala encantadora de Júnia". Também elogiou a bravura com que ela sempre se comportou na política e seu excelente desempenho nas disputas populares pelo voto.

Artur da Távola

"Impressionado com a serenidade e o sorriso" de Júnia, citou um soneto de Cruz e Sousa - "Fica sereno em um sorriso justo, enquanto tudo em derredor oscila". E concluiu: "Continue seu caminho, porque ele é seu, onde estiver".

Emília Fernandes

Lamentou que as eleições não tenham renovado o mandato de Júnia. "A política tem contratempos. Não acreditamos que seja apenas um fato localizado; o Brasil todo viveu com surpresa as distorções dos resultados dessas eleições", disse.

Djalma Bessa

Afirmou que Júnia destacou-se na Câmara e no Senado pela "simpatia, competência, eficiência e trabalho". Lastimou que seu mandato não tenha sido renovado, explicando que isso aconteceu por uma questão conjuntural.

Ramez Tebet

Elogiou a capacidade de trabalho e a lealdade com que Júnia sempre se portou. Também enalteceu sua coerência e bravura, para concluir: "Há um adeus e um até breve. Eu fico com o até breve, desejando-lhe felicidade".

Jáder Barbalho

Em nome da liderança e da presidência do PMDB, lembrou que Júnia integrou a legenda num momento em que era efetivamente difícil fazer oposição. "E V.Exa. participou de forma aguerrida no processo de redemocratização", frisou.

Josaphat Marinho

Salientou que em nenhum momento a senadora perdeu a elegância, a cordialidade, a suavidade no trato e a firmeza em suas posições. "Ninguém há de esquecer a disposição com que combateu as privatizações excessivas", disse.

Sebastião Rocha

"Em sua trajetória, V.Exa. teve a oportunidade de descortinar uma série de vitórias e inúmeras conquistas. Tive oportunidade de ver tudo isso", afirmou, reconhecendo o trabalho da homenageada em favor de Minas Gerais.

Arlindo Porto

"Minas Gerais sempre haverá de reconhecer seu trabalho, sua luta e sua dedicação", observou o senador, lembrando que Júnia Marise retrata a luta em prol da mulher, da criança e das minorias do país.

Marluce Pinto

"Muito em breve, V.Exa. estará retornando. As mulheres de Minas Gerais vão perdê-la aqui no Senado, mas vão tê-la no estado, a batalhar por elas. Como jornalista, V.Exa. vai poder fazer muito pelo seu estado e pelo seu país."

Júnia Marise

Carlos Wilson

"Sempre aprendi com a sua garra, desde quando ambos éramos deputados federais. Depois, vice-governadores de Pernambuco e de Minas Gerais, tive a oportunidade rara de conviver a seu lado no conselho da Sudene."

Lúdio Coelho

"V.Exa. desempenhou muito bem seu mandato, exercendo a oposição com competência e abordando sempre os pontos fracos do governo. Só desejo que continue na vida pública, prestando serviços a Minas e ao Brasil."

Pedro Simon

"A senadora iniciou sua trajetória política numa Minas Gerais dominada pelo machismo", lembrou. O senador elogiou a garra, a competência e a coragem de Júnia, "sem bravatas, mas com firmeza constante".

ACM

"Faço questão de testemunhar como senador e presidente desta Casa a atuação da senadora em defesa do povo brasileiro. Sua contribuição foi extremamente valiosa e dignificou Minas Gerais e o Legislativo."

Antonio C. Valadares

"Júnia Marise defendeu os interesses nacionais, combatendo as privatizações; lutou pelas regiões menos favorecidas, pelas mulheres e crianças e pela universalização do ensino", afirmou o senador sergipano.

Marina Silva

"Suas convicções políticas continuam vitoriosas", argumentou. Para Marina, Júnia não quis ganhar a eleição a qualquer custo. "A senadora perdeu apenas aparentemente a eleição, mas ganhou a alma do povo brasileiro."

Casildo Maldaner

"Sua figura está acima dos partidos políticos", elogiou, falando também em nome da senadora Sandra Guidi (PPB-SC). Para ele, Júnia Marise marcou sua atuação pela grandeza e pelo diálogo em todos os momentos.

Ademir Andrade

Disse esperar que Júnia continue nas lutas necessárias ao povo brasileiro e ressaltou sua competência e firmeza. Ele elogiou "a forma como a senadora enfrentou, nas últimas eleições, o uso do poder econômico".

Jônice Tristão

"Trago o agradecimento de toda a bancada e do povo do meu estado", afirmou o senador, ao agradeceu a Júnia pelo projeto que incluiu o Vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo na área de atuação da Sudene.

Júlio Campos

O senador de Mato Grosso declarou ter um profundo respeito à luta desenvolvida pela senadora em defesa do povo brasileiro. O senador mato-grossense previu que Júnia estará voltando ao Congresso em quatro anos.

Pedro Piva

"O brilho e a competência de Júnia foram muito úteis para o exercício do meu mandato." Ele acrescentou que São Paulo também é grato a Júnia. "Não é uma despedida, mas uma pausa em sua brilhante carreira."

Nabor Júnior

O senador do PMDB do Acre afirmou que Júnia Marise honrou as melhores tradições da política mineira. "Minas Gerais, que já produziu grandes homens públicos, tem na senadora uma herdeira dessa tradição."

Geraldo Melo

"Que o povo de Minas Gerais não prive o Brasil por muito tempo de sua colaboração", afirmou o senador, observando que Júnia Marise deixa no Senado uma marca de espírito público e capacidade de luta.

Edison Lobão

Lembrou a convivência com Júnia na Câmara dos Deputados, onde percebeu sua "aguda inteligência e elevado espírito público". "A saída de Júnia Marise do Senado faz o Brasil perder um combatente a seu serviço."

Lúcio Alcântara

"A senadora freqüentemente ocupava a tribuna para defender o povo de Minas Gerais, usando até mesmo dispositivos regimentais que lhe permitiam realizar mais de um pronunciamento no mesmo dia", recordou o senador.

Carlos Patrocínio

Disse que, com altivez, ela se despedia do Senado. Lembrou o denodo com que defendia o "querido povo das Alterosas" e lamentou o fato de o Senado perder, com sua saída, "mais um de seus luminares".

Lauro Campos

"É muito raro que um senador, ou senadora, ao se despedir, tenha nos feito construir, com os cordões de nossa sensibilidade, com as flores de nossa amizade, o tapete sobre o qual a senhora vai passar ao nos deixar por algum tempo."

Sérgio Machado

"A senadora mantinha sua tranqüilidade ao aceitar o contraditório, mas sempre defendendo seu pensamento, mesmo quando em minoria", lembrou o senador, lamentando sua saída do Congresso.

José Fogaça

"Gostaria que o povo de Minas Gerais soubesse que foi Júnia Marise a autora do projeto de lei que instituiu a obrigatoriedade de que os partidos políticos reservassem um percentual mínimo de vagas para candidatos do sexo feminino."

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Ronaldo Cunha Lima